

O Caso Lou:

A gênese jornalística do primeiro romance-reportagem brasileiro

O Caso Lou:

The journalistic genesis of the first Brazilian roman-reportage

Marcelo Bulhões e Ana Carolina Ribeiro dos Santos

Introdução: corpus de Lou na Manchete

O romance-reportagem representa uma das expressões mais importantes das relações entre jornalismo e literatura no Brasil e na América Latina. Incrustado em meados dos anos 70, o que seria o título de uma coleção criada pela editora Civilização Brasileira para alguns livros que conjugavam a atividade jornalística a procedimentos narrativos do romance de lastreio realista-naturalista – como avaliaram Davi Arrigucci Jr. (1979) e Flora Süssekind (1984) – disseminar-se-ia e passaria a designar uma das vertentes da prosa narrativa no cenário editorial brasileiro. Não surpreende, assim, que tenha ultrapassado o circuito daqueles anos – momento em que o país ainda vivia episódios dramáticos dos “anos de chumbo”, mas dava os primeiros passos da abertura política –, propalando-se em décadas posteriores com variantes e novos matizes. Em termos estritamente mercadológicos, o ponto ascendente do fenômeno foi o sucesso estrondoso do segundo título da coleção, em 1975, *Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia*, de José Louzeiro, que se tornou – para nossos padrões de consumo editorial – um *best-seller*. Tal repercussão parece ter levado a se associar a vertente do romance-reportagem a uma série de outros do mesmo autor, o qual passou a ser o nome mais lembrado quando se fala do romance-reportagem no Brasil. Assim, praticamente nenhuma atenção foi dada à obra que iniciou o romance-reportagem: *O Caso Lou* (Assim É se Ihe Parece), de Carlos Heitor Cony, também lançada em 1975. No âmbito especificamente acadêmico, chega a espantar a lacuna, a ausência de estudos sobre tal obra inaugural no campo dos estudos da área da Comunicação.

Este artigo – resultado de pesquisa no campo do jornalismo¹ – em parte busca suprir tal carência. E reorientar a leitura a respeito do surgimento do romance-reportagem problematizando, por meio de fontes documentais, uma das interpretações correntes: a que associa seu advento à ação coibidora da censura do regime militar. As avaliações que buscam dimensionar o romance-reportagem brasileiro em seu contexto histórico-cultural careceram de solidez a respeito de sua gênese e sua função no ambiente literário-jornalístico por, basicamente, incorrerem em uma falta, espécie de deslize decisivo: não se dedicaram a um levantamento circunstanciado, em fontes documentais do período, da “matéria prima” jornalística indissociável de seu advento como fenômeno editorial. Como demonstraremos, faltou um corte cirúrgico e rente às condições específicas do nascedouro do romance-reportagem. Tal corte incide precisamente sobre a revista *Manchete*. Assim, se o suposto vínculo estreito entre o aparecimento do romance-reportagem e a censura vigente no período ditatorial – embora autores como Silviano Santiago (1979) e Rildo Cosson (2001/2002) o tenham relativizado, abrindo um flanco para a notação da afluência de mais de um fator na origem do gênero –, permanece como um dos vetores de maior ênfase interpretativa de sua feição e seu papel na vida cultural e política brasileira de meados dos anos 70, flagramos aqui o lapso da indiligência, inobservância às fontes que testemunham a intensa cobertura jornalística dos *affair* criminais que se tornaram objetos narrativos dos romances reportagens: os “casos jornalístico-policiais” Lou, Lúcio Flávio, Operação Camanducaia, episódio que ensejou o romance-reportagem *Infância dos Mortos*, Aracelli, que deu origem a *Aracelli, meu Amor* – entre outros. Ao não se darem ao labor da consulta, em arquivos ou bibliotecas, a revistas e jornais da época, as avaliações sobre o romance-reportagem negligenciaram a própria fonte jornalística com a qual manteve vínculo direto.

Aventamos que tal negligência deriva de uma visada generalista, inobservância de uma quadratura contextual mais precisa. É inegável que a instauração do regime militar de 1964 já nos primeiros dias teve como uma de suas marcas ostensivas o acossamento da atividade da imprensa (a qual não deixou, todavia, de envidar lances de resistência), com jornais e revistas sendo fechados – a redação de *Última Hora*, por exemplo, foi invadida e depredada –, muitos jornalistas presos, torturados e exilados. O poder censório promoveu uma verdadeira devassa na produção

¹ Parte desta pesquisa teve apoio substancial do CNPq, sob forma de projeto submetido e aprovado na categoria Demanda Universal. Processo: 441441/20149. Título do Projeto: “O pensamento cinematográfico independente brasileiro: história, formas, questões e cartografias”.

cultural brasileira. O Ato Institucional n. 5, de 1968, “oficializaria” o arbítrio. A propósito, Carlos Heitor Cony, que em 1964 trabalhava no jornal *Correio da Manhã*, foi obrigado a dispensar-se do jornal, dirigindo uma carta a Antônio Callado, então seu redator-chefe, o qual também se tornaria outro caso de jornalista-escritor vigiado e perseguido pelo regime. Nesse contexto, a *Revista Civilização Brasileira*, de Ênio Silveira, que surgira em 1965, tornar-se-ia um dos poucos espaços de resistência. Uma visada mais precisa permite ver, todavia, que o romance-reportagem surge em outro quadrante contextual, 1975, justamente em momento imediatamente posterior à distensão política, conjuntura de abrandamento da censura em jornais e revistas. Não por acaso, são de 1975 *O Caso Lou* (Assim É se Ihe Parece), de Cony, e *Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia*, de José Louzeiro, ambos lançados pela editora Civilização Brasileira, do mesmo Ênio Silveira. E, como demonstraremos aqui, a atribuição a um cerceamento que de fato não ocorreu fica patente com a gênese textual de *O Caso Lou* nas páginas da revista de maior destaque editorial daquele período, a *Manchete*.

Não deixa de nos causar certo incômodo a inobservância de fontes jornalísticas em uma parcela da bibliografia sobre o surgimento do “romance jornalístico” daqueles anos. Assim, um autor como Malcolm Silverman, em livro que busca fazer uma espécie de inventário da produção narrativa em prosa brasileira do “pós-64” e lhe lança alguns olhares de exegese, *Protesto e o Novo Romance Brasileiro*, afirma:

Alternadamente chamado jornalismo-ficção, reportagem romanceada e romance verdade, o romance jornalístico, ou romance-reportagem, surgiu recentemente como consequência específica da censura da imprensa. Imposta desde cedo pela ditadura militar, ela censurava, no seu auge, quase 90% de notícias “questionáveis” (2000, p. 37).

Em outro momento fornece informação equivocada a respeito da procedência de *O Caso Lou* – “Teve origem num roteiro cinematográfico do autor” (2000, p. 39) –, e mais à frente discorre:

Escrito por Carlos Heitor Cony, (nascido em 1926), que tomou conhecimento dos fatos ficcionalizados, na sua obra, através do seu trabalho diário na revista *Manchete*, a narrativa, parcialmente em itálico, é uma série fragmentada de depoimentos pesadamente detalhados e excessivamente repetitivos sobre um duplo assassinato numa praia deserta do Rio de Janeiro (2000, p. 51).

Ao mencionar a revista *Manchete*, Silverman desperdiça o fundamental: as reportagens de Cony sobre o caso criminal Lou na *Manchete* representam a própria gênese de *O Caso Lou*,

espécie de livro piloto por iniciar o “ciclo” romance-reportagem, como expressão explícita de estreito consórcio entre o material textual presente em formato de livro e a cobertura jornalística da revista. Longe de meramente “tomar conhecimento dos fatos”, as reportagens de Cony são o próprio material textual que “migrará” para o formato de brochura sob o título de *O Caso Lou*, com prolongamento da narrativa. Mencionamos a obra de Silverman apenas para sinalizar que a ênfase à ação da censura – fator que não deve ser meramente descartado – certamente negligenciou o labor de investigação sobre o vínculo entre a gênese do nosso primeiro romance-reportagem – a obra que primeiramente recebeu tal designação – e a cobertura jornalística do “*affair* criminal Lou”. Tal inobservância dificultou uma aferição mais rigorosa do “momento romance-reportagem” na cultura brasileira. Se genericamente se propagou que o romance-reportagem surgiu como alternativa ao cerceamento da censura à cobertura jornalística, não se levou à tona que sua gênese está estritamente vinculada ao jornalismo de revista: a cobertura extensa nada modesta da *Manchete* de um caso policial ruidoso, o caso Lou; mais especificamente, das reportagens de Cony, as quais são deslocadas, realocadas e reconfiguradas para o formato livresco em *O Caso Lou* (Assim É se Lhe Parece), recebendo a designação *romance-reportagem*, como se pode conferir na “quarta capa” de sua primeira, e única, edição (1975).

Tomando como base o relato de Carlos Heitor Cony em *Aconteceu na Manchete* (2008), compilação de depoimentos de alguns jornalistas que atuaram na revista *Manchete* organizada por José Esmeraldo Gonçalves e J. A. Barros (2008), sua relação com o veículo e com Adolpho Bloch – um dos maiores empresários da imprensa brasileira – superava o mero contrato entre empregador e empregado. Cony conta ter trabalhado durante trinta e três anos na revista, com pequenos intervalos, tendo sido uma espécie de braço direito de Bloch e um dos jornalistas de maior destaque daquele ambiente editorial. O depoimento menciona também o apoio que recebeu de Ênio Silveira, proprietário da editora Civilização Brasileira e idealizador da coleção romance-reportagem, em um período no qual as portas da imprensa estavam fechadas para o jornalista e escritor, tendo sido ele acolhido justamente por Adolfo Bloch. Segundo o relato de Cony, sempre que Adolpho precisava de alguém para comandar algumas revistas e resolver situações de crise, ele era chamado. Trabalhando para *Manchete* Cony utilizou, entre outros pseudônimos, o de José Bálsamo, nome que comparece como autor da reportagem “O Amor em Alta Rotatividade”, lançada originalmente em uma edição da *Manchete* e posteriormente publicada praticamente na íntegra nas páginas finais do romance-reportagem *O Caso Lou* (Assim É se Lhe Parece). Trata-se de reportagem cujo assunto

– o universo dos hotéis, em particular os da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro – tangencia de modo indireto o campo narrativo *O Caso Lou*. Quanto à cobertura da revista a respeito do “crime da Barra” cujo eixo é Maria de Lou(rdes), a revista deu primazia às reportagens que trazem a assinatura de Cony e que constituem material textual eloquente do entrelace entre a revista *Manchete* e a editora Civilização Brasileira, cujo ponto de costura é precisamente o romance-reportagem.

Uma vez que, como se demonstrará aqui, o primeiro romance-reportagem teve sua *gênese* na revista *Manchete* com a publicação de extensas reportagens de Cony a respeito do caso policial Lou, tal “migração” para o livro gera, como explana Roger Chartier (2002), distintos efeitos de sentido, uma vez que estes são inseparáveis das distintas condições e diferentes materialidades editoriais. Importa-nos, então, empreender um breve cotejo entre o que se publicou em formato de revista (*Manchete*) e livro (editado pela *Civilização Brasileira*), buscando-se levar em conta – em que pesem os limites de um artigo – tanto o material linguístico “transplantado” da *Manchete* para o formato em livro quanto a maior concorrência de distintos sistemas semióticos na revista do que no formato de brochura, tais como profuso material fotográfico, dinamismo na estrutura gráfico-visual das páginas em colunas, maior investimento nos componentes tipográficos etc.

Da revista à brochura: um breve cotejo

O material jornalístico da “passagem” das reportagens da *Manchete* sob a autoria de Cony na *Manchete* na cobertura do “*affair Lou*” para o formato de livro em *O Caso Lou (Assim É se Lhe Parece)* constitui objeto bastante rico à aferição de relações entre diferentes sistemas semióticos – fotografia, diagramação, texto verbal –, fazendo despontar efeitos semânticos distintos entre os dois veículos. Uma visada simples logo permite flagrar o contraste entre o caráter “explosivo” e imediatista impresso nas relações entre código verbal e visual nas páginas de *Manchete*, com a exploração de componentes gráficos dos títulos, intertítulos, cores, diagramação, foto e a “sisudez” da brochura do romance-reportagem – afeita a uma leitura de caráter “contemplativo” e menos efêmera.

A cobertura da *Manchete* do caso Lou recebeu onze (11) reportagens, compreendendo o espectro cronológico de dezembro de 1974 a dezembro de 1975. Dessa totalidade, quatro (04) são de autoria de Cony, “Lou, Inocente ou Culpada” (22/03/1975), “O Amor em Alta Rotatividade” (22/03/75), com pseudônimo de José Bálsamo, “Os Mistérios do Caso Lou” (12/04/1975) e “Lou e

Vanderlei, o Começo do Fim” (03/05/75), a qual ganhou capa da revista e recebeu o pseudônimo Bálamo. Desse conjunto, destaca-se “Os Mistérios do Caso Lou”, que constitui um suplemento da edição 1199 da *Manchete* e representa a quinta matéria publicada pela revista sobre o caso policial. A opção pelo formato de suplemento – com largura e comprimento inferiores e impressão inteiramente em preto e branco – como estratégia de diferenciação do padrão da revista afina-se com o caráter de maior abrangência, a quantidade mais expressiva de páginas (15) e o desenvolvimento informativo e narrativo mais robusto que as outras reportagens da *Manchete* sobre o caso. Tais aspectos justificam a escolha que aqui fazemos para avaliá-la no movimento de cotejo.

O texto verbal do suplemento possui 14 intertítulos, enquanto o romance-reportagem é estruturado em 15 capítulos. Dois intertítulos usados no suplemento passaram a designar dois capítulos do romance-reportagem, “O Casanova de Cachambi” e “A Conclusão antes do Fim”. A leitura dos textos pertencentes a esses 14 intertítulos permite aferir o acentuado grau de semelhança do material linguístico entre a reportagem e o romance-reportagem. Tal similaridade no aspecto estrutural-formal dos períodos sintáticos é inseparável da paridade no desenvolvimento narrativo nos textos cujos intertítulos são “7 de novembro de 1974”, “20 de novembro de 1974”, “3 de dezembro de 1974”, em “Mona Lou, a Lucrecia Bórgia da Barra”, “Uma Banana Mecânica na Polícia Virgem”, “Atenda o Telefone para Morrer”, “O Casanova de Cachambi” e “Dois Mortos a Procura de um Autor”. Os fragmentos abaixo seguem como amostragem:

7 de dezembro de 1974 – O detetive Ubirajara atravessa o pequeno hall de entrada da 16a Delegacia Policial e dirige-se à sala ao lado, onde funciona o protocolo. Tem na mão um processo não muito volumoso. Vai remetê-lo à Delegacia de Homicídios, transferindo para a repartição especializada o inquérito aberto semanas atrás, referente ao assassinato de Vantuil de Matos Lima que tombara com 11 balaços no corpo, num trecho qualquer do imenso areal de 18 quilômetros que o carioca, mal informado sobre a geografia de seu território, chama inadequadamente de Barra da Tijuca. (CONY, “Os Mistérios do Caso Lou”, *Manchete* n. 1.199, 12 de abril de 1975, p.1)

7 de dezembro de 1974 – O detetive Ubirajara Assis dos Santos atravessou o pequeno hall de entrada da 16a Delegacia Policial e dirigiu-se à sala ao lado, onde funciona o protocolo. Tema na mão um processo não muito volumoso. Vai remetê-lo à Delegacia de Homicídios, transferindo para a repartição especializada o inquérito aberto semanas atrás, referente ao assassinato de Vantuil de Matos Lima, que tombara com 11 balaços no corpo, num trecho do imenso areal da Barra da Tijuca. (CONY, 1975, p. 59)

No encaixe das diferenças no âmbito discursivo-textual, destacamos os tempos verbais: enquanto na reportagem do suplemento prepondera o presente do indicativo, no romance-reportagem os verbos estão conjugados no passado (pretérito perfeito). Tal diferença aponta para o caráter de urgente efemeridade da difusão/recepção do veículo revista em relação ao romance-reportagem. Embora no formato de livro a narrativa em questão em momento algum afirme-se como fabulação, tal aspecto flagrante faz ressoar certo apelo ao teor ficcional próprio da tradição do gênero romance em formato de brochura. Tal reverberação romancesco-fabulativa como traço distintivo acusa particulares modos de circulação no horizonte de expectativas do leitor e na dialética texto-leitor no cerne de diferentes suportes – questão cara à Estética da Recepção, em um autor como Iser (1996, 1999).

Outro ponto de diferenciação diz respeito ao enredo, ou seja, o arranjo da história. No romance-reportagem os componentes essenciais da narrativa – a ação propriamente dita, a caracterização (descrição) do ambiente e dos personagens e o agenciamento do tempo – recebem uma explanação mais larga, própria do gênero romance de extração realista do século XIX que, segundo a perspectiva de Massaud Moisés (1967), comporta uma visão macroscópica do universo em que há uma tentativa de se abarcar o máximo captável. Nessa perspectiva, o “reaproveitamento” das matérias jornalísticas publicadas na revista *Manchete* implica sensível variação de efeitos de sentido, em consórcio com a materialidade do suporte brochura, por meio de uma dilatação do ritmo da narrativa do romance-reportagem, ao acrescentar divagações, descrições e observações de caráter variado ao material textual da reportagem:

- É sobre o Almir, mamãe!

O detetive aponta a sala fronteira ao protocolo.

- O cartório é ali.

O grupo dirige-se para a sala indicada e o policial dá meia volta. Sobe as escadas que levam ao segundo andar. Não, não teria mais nada a fazer no protocolo. (CONY, “Os Mistérios do Caso Lou”, *Manchete* N. 1.199, 12 de abril de 1975, p.1)

- Não é sobre o Vantuil, mamãe! É sobre o Almir!

O policial aponta uma sala no andar de cima:

- Isso é com o Braga. Lá em cima, à esquerda.

O grupo dirige-se para as escadas. O policial espairose um pouco, vai até a entrada principal da delegacia e olha a rua: o mato cresce em frente à 16a DP. As amendoeiras, quase rasteiras à calçada de cimento, dão sombra sobre os carros ali estacionados. Um gato gordo, malhado, cor de café com leite predominantemente no corpo inchado, participa daquele início de tarde de verão, praticando o



ALCEU

Revista de Comunicação, Cultura e Política
Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio

humano pecado da preguiça, que para os gatos é uma virtude, mistura de filosofia e paz. (CONY, *O Caso Lou* 1975, p. 60)

Todavia, sem deixar de reconhecer que tais exemplos sinalizam uma não equivalência semântica, em âmbito estrito, entre a história impressa em revista e a fixada em brochura – como o caráter de dossiê que em determinados capítulos o romance reportagem assume, fornecendo documentos do processo de investigação, como depoimentos de algumas testemunhas, estratégias de verossimilhança que buscam “autenticar” os acontecimentos – há uma dimensão largamente convergente no encaminhamento estético-estilístico da narrativa nos dois veículos, marcada por ironia, metanarratividade e expedientes de intertextualidade em sentido estrito, com movimentos associativos e alusivos que envolvem mitologia, historiografia, tradição literária e cinematográfica (são muito frequentes remissões à narrativa de enigma e ao policial *noir*) e da arte de modo geral.

Em outro vetor, o do comportamento da focalização narrativa em consórcio com o gerenciamento temporal dos eventos, também há convergência entre reportagem e romance-reportagem: o narrador heterodiegético – segundo a designação de Genette (1972) –, aquele que relata uma história à qual é estranho, não participando do universo diegético, responde por uma



Figura 1: capa do suplemento da revista *Manchete*, edição de 12 de abril de 1975

focalização onisciente, à maneira do romance realista do século XIX, sendo agenciador soberano da história que transcorre de modo cronológico, embora não linear. Tal postura não significa, todavia, tanto no romance-reportagem quanto na reportagem, que o discurso busque a impressão de neutralidade,

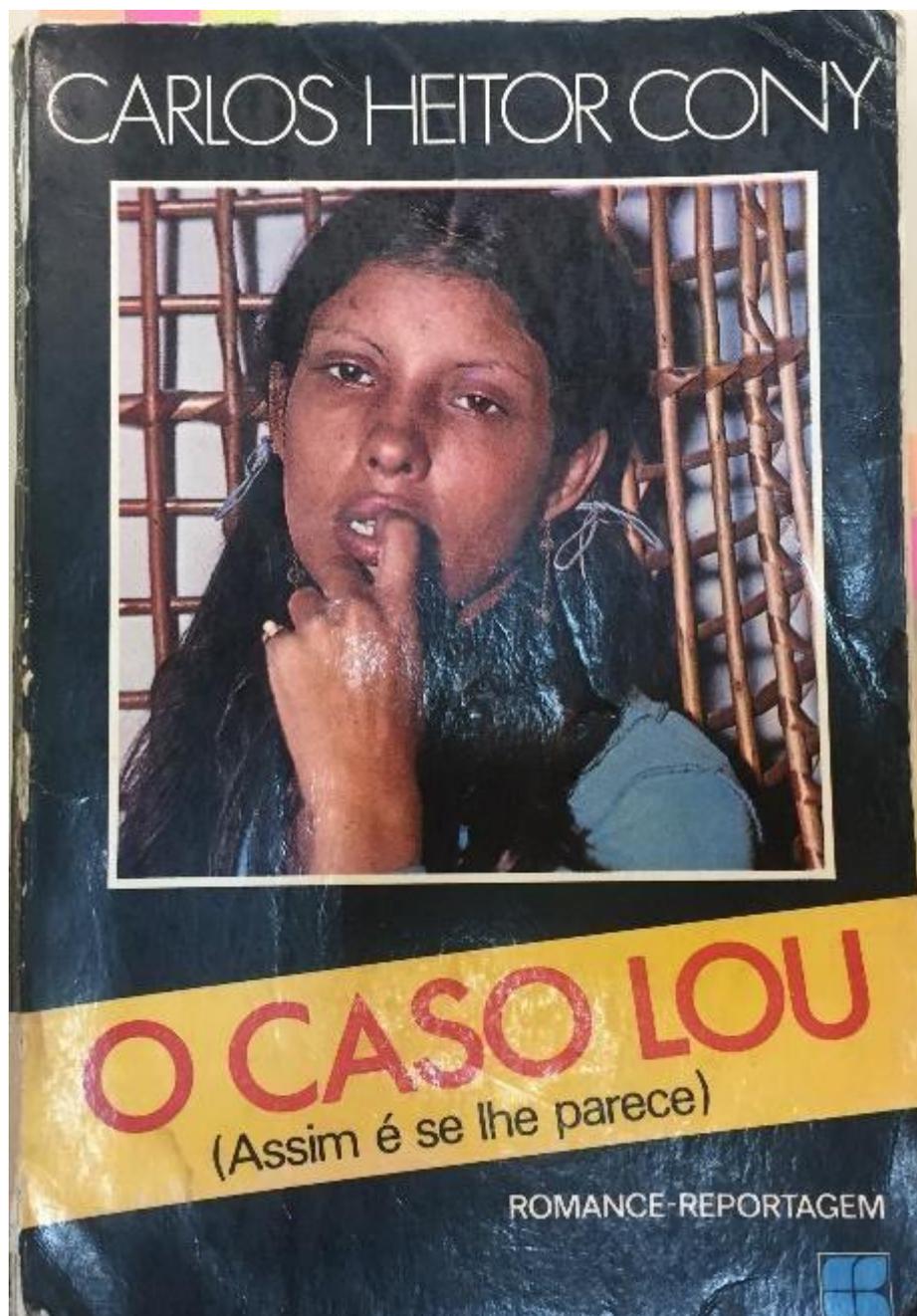
uma vez que a voz do narrador imposta um caráter interpretativo, de comentarista irônico muitas vezes, em torno do mundo narrado.

Na capa do suplemento uma fotografia de Lou (Maria de Lourdes) é o elemento visual de maior destaque. Ela aparece da cintura para cima, com os braços cruzados, os olhos e a boca semicerrados, a cabeça levemente inclinada; seus cabelos, pretos e lisos, lhe caem sobre os ombros e é possível notar em seu colo um colar que carrega a estrela de Davi. Sua expressão é ambivalente: se por um lado há inegável sugestão dramática, da condição de quem é “sacrificada”, tensionada pela expressão geral e posição reclinada da face e pela presença da estrela de Davi (como não pensar no suplício histórico do povo judeu?), por outro é portadora de sensualidade, marcada no contorno dos lábios carnudos abertos, no delineamento muito fino das sobrancelhas, à maneira dos anos 70, e nos cabelos negros longos. Assim, ambigualmente, o caráter de sofrimento/sacrifício não deixa de conviver com a dimensão erótica de mulher em estado de prazer ou êxtase.

Acima da cabeça de Lou, o título “O Duplo Crime da Barra”, em fonte bem destacada, está abaixo da indicação de que se trata de um suplemento da *Manchete*, cujo nome comparece em “logotipo”. Na parte inferior, há um “selo” na diagonal, como uma tarja preta, disposto em paralelo praticamente exato com o braço direito de Lou, no qual se inscreve com destaque “O Duplo Crime da Barra”, além do nome de Carlos Heitor Cony e uma breve exposição do teor do suplemento. A faixa negra na diagonal naturalmente sugere dimensões semânticas em torno das noções de perigo, mistério policial, violência, morte. Também não se pode descartar certa semelhança com um carimbo de arquivo policial, alusão a um processo que está sendo investigado e que envolve violência e assassinato – expediente iconográfico não raro em narrativas policiais (cinema, séries de televisão, quadrinhos) que pode se associar francamente ao universo do *fait-divers* jornalístico. A composição integral do suplemento em preto e branco muito é responsável, aliás, por afirmar tal dimensão semântica dirigida ao teor de perigo e violência do universo policial – ainda mais pelo contraste que estabelece com uma revista cujas edições, durante décadas, exploraram fartamente a fotografia em cores.

Tais aspectos evocam uma relação ora de contraste ora de afinidade com a composição gráfica da capa da edição da Civilização Brasileira de *O Caso Lou*, na qual uma foto de Maria de Lourdes ocupa a parte central, uma faixa amarela na diagonal com o título da obra está na parte inferior e mais abaixo se leem o título da coleção (romance-reportagem) e o “logo” da editora.

Como no suplemento, Lou é “protagonista” da capa, em fotografia, emoldurada sobre um fundo negro, que destaca a imagem de uma moça com os cabelos negros presos em dois laços, os olhos dirigidos para frente – embora o olhar pareça “ausente” –, a cabeça levemente inclinada



e o dedo entre os lábios, tocando os dentes. A imagem também comporta ambiguidade, mas de maneira distinta da do suplemento. Aqui o caráter de sedução e sensualidade convive com certo aspecto indefinível; ou é portador de um sentido que Roland Barthes qualificaria de *obtus* (1990).

Figura 2: capa da edição de *O Caso Lou (Assim É se lhe Parece)*: Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1975

Pode-se invocar um “ar de loucura” ou de demência em sua expressão. O olhar é “vazio”, parece nada mirar, as sobrancelhas estão desarrumadas, e o gesto dos dedos na boca sugerem um misto de infantilidade – reiterada pelos cabelos presos em dois laços – e insanidade. Se as duas capas se associam pela exclusividade no “perfil” de Lou e pela presença de uma faixa diagonal na parte inferior da página, não possuem equivalência em seu teor ambivalente.

Na primeira e segunda páginas do suplemento aparecem três fotos. Duas, em destaque pelo tamanho, trazem Maria de Lourdes e Vanderlei (os principais suspeitos do “duplo homicídio da Barra”) e uma terceira, menor e postada entre as duas, do casal. Na de Vanderlei Quintão, ele está

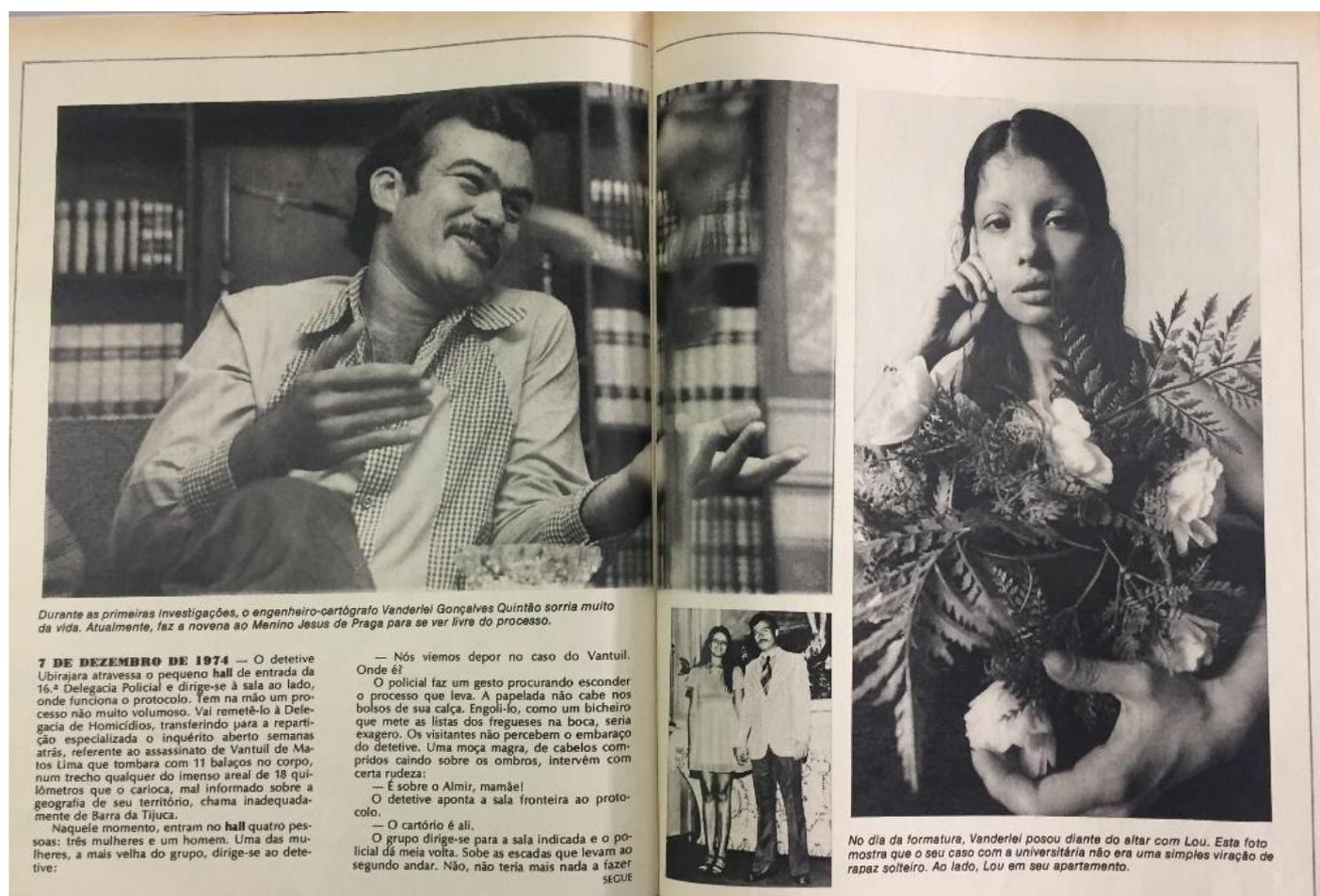


Figura 3: páginas 1 e 2 do suplemento da revista *Manchete*, edição de 12 de abril de 1975

em uma sala, com livros ao fundo, sentado e olhando para o lado com expressão de descontração, sorrindo e como em uma conversa. À direita, Maria de Lourdes está com um arranjo de flores sobre o colo; mirando para a câmera, seu semblante é sério e “enigmático”; os cabelos soltos e a mão apoiada no rosto. Enquanto Vanderlei é retratado em um ambiente – talvez de biblioteca ou sala

de trabalho – associado à gravidade do universo intelectual, Lou está em um ambiente cuja assepsia visual (fundo branco) faz ressaltar seu semblante e o arranjo de flores que se projeta do seu corpo e é envolvido por seu braço, de que se destaca sua mão. Sua expressão de seriedade – asseverada pelo gesto da mão com dedo levantado junto à face – convive com a sugestão de delicadeza do arranjo de flores, culturalmente associado ao mundo feminino. Enquanto Vanderlei sorri, Lou está séria. Curiosamente, na fotografia pequena, na parte inferior da página, há uma inversão: Lou aparece à esquerda e sorrindo e Vanderlei está à direita, sério. Tal oposição semântica articula-se com a segmentação das páginas e a composição gráfica, que estabelecem segregação entre Maria de Lourdes e Vanderlei, a qual se associa ao teor textual da narrativa da reportagem, que informa que nessa altura dos acontecimentos os dois não viviam mais o relacionamento amoroso e ocupavam posições antagônicas na querela jurídica.



Figura 4: páginas 3 e 4 do suplemento da revista *Manchete*, edição de 12 de abril de 1975

Nas duas páginas posteriores há dois agrupamentos de fotos. Do lado esquerdo da página, comparecem três fotos de agentes públicos com atuação direta no caso criminal, o advogado de Vanderlei, o advogado de Lou e o jornalista César Pinheiro, responsável pelo impedimento do arquivamento do caso. Trata-se do mundo “oficial”, do direito e do jornalismo. Do lado direito, comparecem fotos concernentes à dimensão privada em torno do caso: Vantuil, uma das vítimas, no dia do seu casamento, Almir, a outra vítima, e uma das testemunhas do caso policial. Mais uma vez, a paginação do suplemento é responsável pela segmentação público/privado.



Figura 5: páginas 5 e 6 do suplemento da revista *Manchete*, de 12 de abril de 1975

As páginas 5 e 6 são as últimas em que aparecem fotografias, pois a partir daí o desenvolvimento da reportagem apoiar-se-á somente na composição gráfica que arranja a disposição do texto verbal. Na página 5, há a fotografia de Maria de Lourdes sentada em um sofá entre seus pais, Edna de Oliveira e Lúcio Leite de Oliveira. A composição representa uma família tradicional, de classe média do Rio de Janeiro, em que a figura da filha, ladeada pelos pais, recebe deles amparo, sugerindo que Maria de Lourdes passou parte do processo sob a tutela dos pais. Embora tal caráter de proteção possa ser, no universo geral da narrativa da grande reportagem, associado em princípio ao pai, que era general, na foto a efígie da mãe representa com mais vigor tal papel: com feição séria, seu olhar dirige-se diretamente ao “olho” da câmera, impregnando sua feição de atitude ativa, quase de enfrentamento.

Na página 6, a fotografia de Vanderlei flagra-o trazendo na mão uma maleta, enquanto na foto de Lou ela carrega uma bolsa no ombro. Suas expressões são sérias, portadoras de um ar de preocupação. Lou e Vanderlei aparecem em pé, de corpo inteiro e em movimento, aludindo-se a uma situação semelhante, a do enfrentamento do processo judicial. Aqui os componentes dos códigos verbal e visual estabelecem uma relação de contradição, pois enquanto a foto da família é mensageira de noções como apaziguamento, união e tranquilidade – tendo a filha Lou como eixo em torno do qual o corpo familiar se dispõe –, o discurso verbal faz o relato da morte de uma das vítimas: um homem agoniza e diz que o responsável pelos tiros de revólver é Lou. Se a foto situa Lou como a persona integrada à esfera da família tradicional – aspecto associado a uma série de virtudes pelo senso comum –, parte do texto verbal a aponta como assassina. Tal ambiguidade acompanha a constituição da personagem Lou, em que se adensam outros matizes, em toda a cobertura jornalística e na trama do romance-reportagem.

No cerne das relações entre diferentes códigos semióticos, permitimo-nos mencionar outra reportagem, “Lou e Vanderlei, o Começo do Fim” (de 3 de maio de 1975), a sétima sobre o caso criminal publicada pela *Manchete*, assinada por José Bálsamo (pseudônimo de Carlos Heitor Cony). Tal reportagem foi capa da edição 1202 da revista.

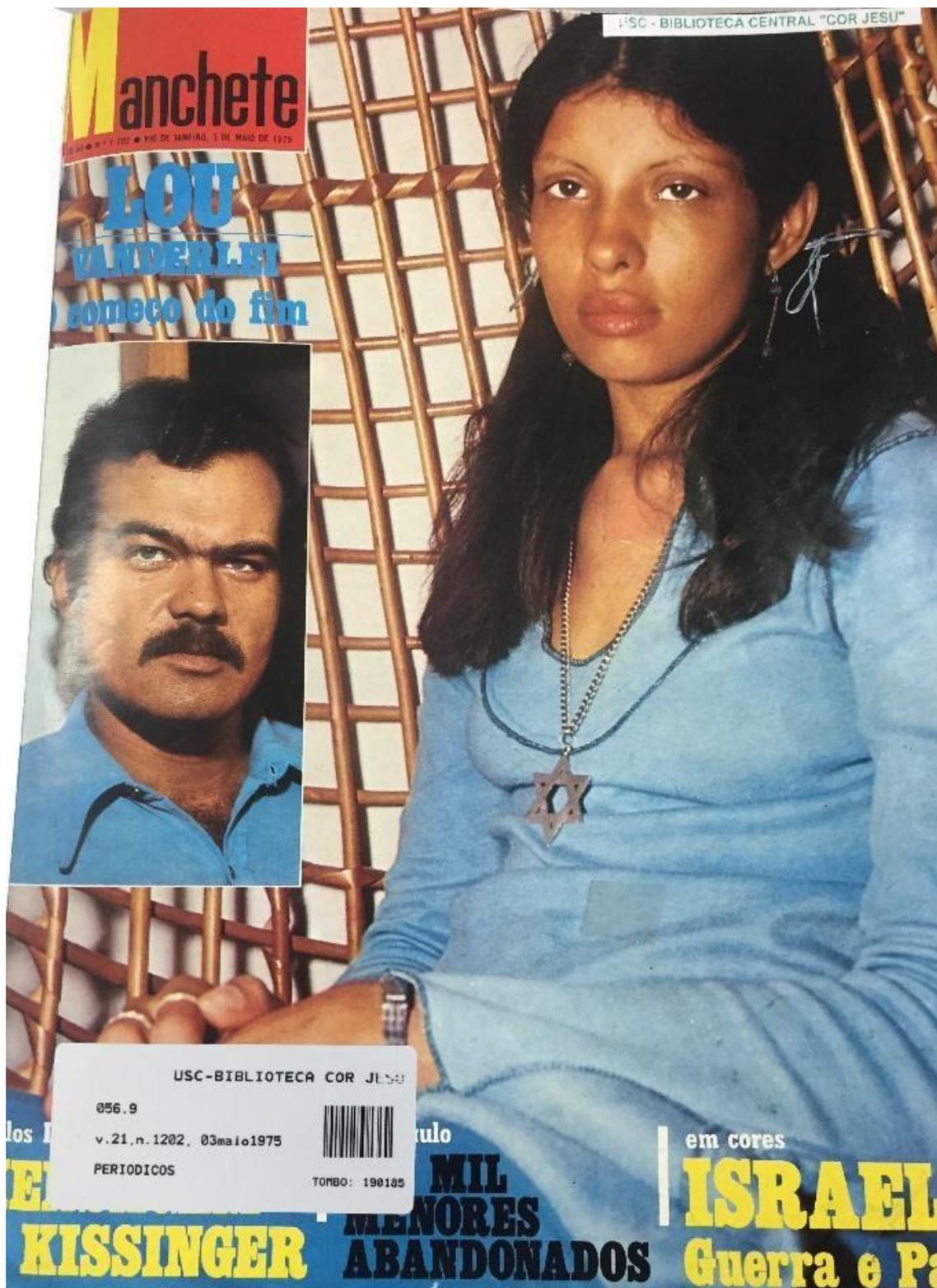


Figura 6: capa da edição 1202 da revista *Manchete*, 3 de maio de 1975

Nossa remissão a essa reportagem quer destacar um aspecto específico: a manifesta semelhança entre a foto de Lou na capa da revista e na capa da edição do romance-reportagem (a qual, aliás, fora antes publicada em outra edição da *Manchete*). Tal semelhança se estabelece pela presença dos mesmos elementos na representação da personagem Lou – roupa, arranjo dos cabelos, cadeira em que está sentada –, tendo ambas provavelmente pertencido à mesma sessão fotográfica. Todavia, diferem sensivelmente entre si, flagram expressões distintas de Maria de Lourdes. Seja como for, destacamos tal ponto convergente como flagrante de uma trama cultural/editorial que sinaliza o entrelaçamento entre a revista *Manchete* – ou o grupo *Manchete* como um todo –, a editora Civilização Brasileira e a atuação jornalístico-literária de Carlos Heitor Cony.

Tal flagrante permite reconsiderar, para finalizar, o cotejo da cobertura jornalística e da publicação em brochura de *O Caso Lou* (*Assim É se Lhe Parece*) levando-se em conta que os distintos suportes, revista e livro, participam profundamente da construção de seus significados. Se nosso breve cotejo entre a reportagem “Os Mistérios do Caso Lou”, – o que vale para as outras escritas por Cony sobre o caso policial publicadas pela *Manchete* – e do romance-reportagem *O Caso Lou* indica a prevalência de semelhanças de expedientes no manejo do sistema verbal, deve-se enfatizar que na revista a convivência de sistemas semióticos distintos – fotografia, texto verbal, além de maior variação de componentes gráficos – é promotora de potencialidades semânticas inexistentes no formato do livro no romance-reportagem, o qual não traz fotos nas páginas internas e dispõe um desenho gráfico “contido” que dá primazia ao sistema linguístico. A narrativa do romance-reportagem *O Caso Lou* (*Assim É se Lhe Parece*) é conduzida por um narrador heterodiegético cuja onisciência, embora limitada pelos fatos de que dispõe, respaldados em documentos de diversa ordem, gerencia os episódios à maneira do ficcionista romanescos; utiliza-se do discurso direto, dispondo de modo dinâmico as falas dos personagens em consórcio com suas ações; mobiliza recursos na promoção de suspense; recorre à intertextualidade, *stricto sensu*, e à metanarratividade. Nossa análise identifica a presença de tais aspectos, embora de modo condensado – como se fosse uma cápsula do romance-reportagem – nas reportagens que Cony escreveu para a *Manchete*, de que “Os Mistérios do Caso Lou” é exemplar.

Essa marca de similitude – e em alguns momentos pode-se falar de reprodução do texto linguístico – entre as reportagens e o livro não implica, todavia, equivalência de efeitos de sentido, pois os estados distintos no âmbito da materialidade editorial conduzem inapelavelmente à fruição

diferenciada de significados. Na esteira teórica de Roger Chartier (2002), se o desenvolvimento narrativo apresenta recursos linguísticos muito semelhantes entre o que se publicou na revista e no formato de livro – flagrando-se às vezes transpasses integrais do corpo textual, além da reprodução de duas reportagens lançadas em *Manchetes* ao final da obra – os distintos efeitos de significado advêm da peculiaridade de suas materialidades editoriais. A construção de significado inapelavelmente varia, pois tanto o código linguístico quanto os demais códigos são inseparáveis das modalidades materiais em que estão inscritos.

Últimas considerações

O labor de recolhimento e a avaliação circunstanciada da cobertura jornalística da revista *Manchete* do caso policial Lou indiciam de modo inequívoco a gênese circunstanciada do que historicamente ficou conhecido sob a rubrica de romance-reportagem, com a publicação de *O Caso Lou* (Assim É se Ihe Parece), em 1975. Neste artigo fornecemos uma amostra – a reportagem mais extensa e desenvolvida pelo escritor jornalista que dá início ao “ciclo” romance-reportagem – dessa gênese. Em mirada que a perspectiva temporal nos permite, se apontamos a negligência do labor de pesquisa para a aferição rigorosa das condições concretas da aparição do “gênero” romance-reportagem, tal inobservância e negligência são tanto mais injustificadas quando se sabe que entre a década de 1960 a 1980 fora fortíssima a presença do escritor literário, principalmente romancistas e contistas, nas redações dos principais jornais brasileiros: de Antônio Callado a Clarice Lispector, de Carlinhos Oliveira a João Antônio, de José Louzeiro a J. J. Veiga, de Roberto Drummond a Paulo Francis, de Valério Meinel a Ignácio de Loyola Brandão, de Aguinaldo Silva a Antônio Torres, de Ivan Angelo a Carlos Heitor Cony, entre tantos outros. E, também como é bem sabido, a revista *Manchete* sempre contou com uma rede de colaboradores que eram nomes de prestígio no campo literário brasileiro, alguns dos quais ocupantes das cadeiras da Academia Brasileira de Letras. José E. Gonçalves e Roberto Muggiati (2008) lembram que, além dos colunistas, diante da constância de escritores famosos no dia-a-dia da revista, como Magalhães Jr., Macedo Miranda, Caio de Freitas, Carlinhos de Oliveira, Joel Silveira e o próprio Cony, alguns dos quais eleitos para a Academia Brasileira de Letras, chegou-se a falar, em tom de brincadeira, que havia uma “máfia da *Manchete*’ na casa de Machado de Assis” (2008, p. 37).

Como colaborador na *Manchete*, Carlos Heitor Cony possuía status nada modesto de escritor – futuramente, em 2000, tornar-se-ia membro da Academia Brasileira de Letras. Tal trajetória pontua que ele não era “qualquer” colaborador. Cony possuía capital intelectual nada modesto no cenário cultural brasileiro, detinha grande influência em *Manchete*, comandou variadas revistas dentro da empresa jornalística de Adolfo Bloch, fez parte de inúmeros projetos. Assim, em que pese o cerceamento do regime militar, o “caso Cony” – um dos intelectuais mais combativos do regime militar e que pagou preço alto por isso – é revelador de que os escritores continuaram tendo acolhida no ambiente da imprensa diária. Em 1968, por exemplo, o dramaturgo e romancista Antônio Callado é enviado para o Vietnã do Norte pelo *Jornal do Brasil*, após desgastante negociação diplomática, para fazer uma extensa reportagem sobre o “outro lado”, confrontando abertamente a versão hegemônica das agências de notícia norte-americanas. O que dizer, pois, de uma forma narrativa cujo hibridismo entre o jornalismo (reportagem) e a literatura (romance) patenteia-se na própria designação que recebeu logo de sua primeira dentição? Não espanta que tenha florescido da pena de um romancista-jornalista no ambiente da revista de maior tiragem da época, a *Manchete*, na peculiar quadratura conjuntural de distensão política e início do esmaecimento da censura no país.

Como buscamos demonstrar, o vínculo estreitíssimo entre a cobertura jornalística e a gênese do romance-reportagem brasileiro respalda-se com a aferição de uma espécie de “transposição textual” da cobertura de revista *Manchete* para o que se publicou em formato de livro pela editora Civilização Brasileira. Afastando-se de abordagens de teor generalista, o flagrante pontual do material jornalístico que se mostra como “prévia” do romance-reportagem revela, todavia, distintos efeitos de sentido. Segundo a contribuição teórica de um historiador do livro e da imprensa, Roger Chartier (2002), a instância discursiva e a mediação editorial têm papel indissociável na produção dos sentidos. Efeitos de sentido são inseparáveis da materialidade dos suportes editoriais, os quais estão estreitamente conectados às concretas condições de produção, difusão e consumo cultural. Assim, embora breve, nosso exercício hermenêutico pôde divisar, sem que se proponha uma hierarquia dos códigos, a maior concorrência e pluralidade semânticas ativadas pela forte presença da fotografia e no arranjo gráfico do suplemento em que se publicou a extensa reportagem de Cony “Os Mistérios do Caso Lou” na *Manchete*.

Com base do material que aqui trouxemos à tona, fica patente que a arrancada do romance-reportagem brasileiro deu-se mesmo no jornalismo impresso, nas páginas da revista de maior

expressão, em âmbito mercadológico-editorial, do Brasil daqueles anos. Nossa amostragem não busca excluir a ação da censura como um dos elementos à discussão a respeito do romance-reportagem. Em espectro amplo, tal atuação coibidora produziu marcas inequívocas: burlar a censura foi prática corrente em diversas expressões artísticas do período; no caso da prosa de ficção, uma vertente admirável são as narrativas de cunho alegórico, nas obras de escritores como Murilo Rubião, José J. Veiga ou Ignácio de Loyola Brandão. De todo modo, estritamente no advento editorial do romance reportagem, uma vez que *O Caso Lou* é o “ato inaugural” de uma série de outros (os de José Louzeiro serão os mais difundidos), atenua-se a propalada interpretação segundo a qual a ação da censura teve o papel primordial. E embora a partir de 1975 a censura passe a ser abrandada nos principais jornais e revistas do país, não se pode desconsiderar que o universo editorial do livro, em razão de sua baixa tiragem, já representava para os jornalistas um espaço menos vigiado desde a implementação do regime militar.

Em suma, convida-se a um juízo mais ponderado, certamente mais sofisticado: acolhedor de maior desenvolvimento da expressão narrativa, o campo editorial de livros permanecia como repositório de vozes de resistência ao regime – e a *Civilização Brasileira* encarnava com destaque esse papel –, tendo sido o romance-reportagem uma dessas vozes. Assim, no flagrante do material jornalístico que constitui a gênese do romance-reportagem pudemos apreender uma costura entre o papel da revista *Manchete* em consórcio com o da *Civilização Brasileira*. Tal liame nos convida a redimensionar a conjuntura das relações entre o campo da cultura jornalístico-editorial e o campo político na quadratura do surgimento do romance-reportagem no Brasil.

Nosso levantamento e avaliação reivindicam, por fim, maior peso e medida à atuação do jornalismo de revista no quadrante contextual do advento do romance-reportagem no Brasil, reorientando a interpretação de sua atuação em nosso cenário cultural e político.

Marcelo Bulhões

*Professor do Curso de Comunicação Social da UNESP
Doutor em Literatura Brasileira, USP*

Ana Carolina Ribeiro dos Santos

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNESP

Recebido em: 27 de setembro de 2018

Aprovado em: 11 de março de 2019

Referências

ARRIGUCCI JR, Davi. “Jornal, realismo e alegoria: o romance brasileiro recente”. **Achados e perdidos**. São Paulo: Polis, 1979.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

_____. **O óbvio e o obtuso**: ensaios sobre fotografia, cinema, pintura, teatro e música. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CHARTIER, Roger. **Culture écrite et société**. L'ordre des livres (XIV-XVIII). Paris: Albin Michel, 1996.
_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Unesp, 2002.

CONY, Carlos Heitor. **O caso Lou** (assim é se lhe parece). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSSON, Rildo. **Fronteiras contaminadas**: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970. Brasília: UNB, 2007.

_____. **Romance-reportagem**: o gênero. Brasília: UNB, 2011.

_____. “Romance-reportagem: o império contaminado”. **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2002.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENETTE, Gérard. **Figures III**. Paris: Seuil, 1972.

GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. B. **Aconteceu na Manchete**: as histórias que ninguém contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

HOLLIS, Richard. **Design gráfico**: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LOUZEIRO, José. **Lúcio Flávio, o passageiro da agonia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

- MELO, Chico Homem de. **Linha do tempo do design gráfico no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MESQUITA, Samira Nahib de. **O enredo**. São Paulo: Ártica, 1986.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa – I**. São Paulo: Cultrix, 1967.
- SANTIAGO, Silviano. “Repressão e censura no campo das artes na década de 70”. **Cadernos de opinião**. Rio de Janeiro, n. 14, out/nov, 1979.
- SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

Resumo

Este artigo flagra a gênese jornalístico-textual do que ficou conhecido no Brasil como romance-reportagem, “ciclo” editorial iniciado pela editora Civilização Brasileira em 1975. Busca demonstrar, por meio de amostragem e análise de material textual inédito em pesquisas, que *O Caso Lou*, o primeiro romance-reportagem, possui vínculo estreitíssimo com a cobertura realizada por uma das principais revistas brasileiras daquele período, a *Manchete*. Tal associação, aliás, é mais direta do que se pode supor, pois as reportagens publicadas por Carlos Heitor Cony foram “transpostas”, com pequenas modificações, para a publicação no livro que deflagrou o romance-reportagem. Tal relação estreita não implica, todavia, equivalência semântica, uma vez que os distintos suportes e materialidades editoriais de cada veículo participam profundamente da construção de seus significados. A análise foi orientada pelos conceitos de mediação editorial e materialidade textual de Roger Chartier, os quais ensejaram como procedimento metodológico cotejo entre o material jornalístico e o romance-reportagem.

Palavras-chave: Romance-reportagem; jornalismo de revista; reportagem, literatura

Abstract

This article aims to establish the rise of the journalistic-literary genre known in Brazil as *roman-reportage* (*romance-reportagem*) with the publication cycle embarked on by the publishing house Civilização Brasileira in 1975. Through samples and analysis of literary material never before used in research, it will show that *O Caso Lou*, the first *roman-reportage*, is closely related to journalistic coverage from *Manchete*, one of the most important Brazilian magazines at the time. This association, moreover, is closer than you might think, as the reports published by Carlos Heitor Cony were “transposed”, with minor modifications, for publication in the book that triggered of *roman-reportage*. However, such close connection does not imply semantic equivalence as said media; magazine and book, have different publishing features, which deeply impact the meaning of the text. The analysis was guided by the concepts of editorial mediation and the textual materiality by Roger Chartier, who motivated as a methodological procedure for comparing the journalistic material and the *roman-reportage*.

Keywords: *Romance-reportagem*; *roman-reportage*; magazine journalism; reporting; literature